**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA BAHIA: INCLUSÃO ALÉM DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO**

Ítalo Áquila Martins Macedo[[1]](#footnote-1)

## RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no semiárido baiano é uma política essencial para a promoção da inclusão escolar, especialmente em uma região marcada pela desigualdade social e pela ausência de políticas públicas efetivas. Este estudo, realizado durante estágio supervisionado em um colégio estadual da Bahia, investigou como práticas pedagógicas inclusivas podem combater o capacitismo e o bullying, promovendo um ambiente mais acolhedor e equitativo. Utilizando uma abordagem qualitativa, os dados foram coletados por meio de diário de campo e analisados à luz das diretrizes legais de educação inclusiva e de estudos teóricos sobre o tema. Os resultados revelam que o preconceito e o *bullying* são barreiras significativas para a inclusão, afetando diretamente a autoestima e o desempenho escolar de alunos atendidos pelo AEE. Comentários depreciativos e práticas de exclusão social são frequentes, reforçando estigmas e dificultando a participação plena desses estudantes. Contudo, intervenções pedagógicas realizadas, como palestras e diálogos, demonstraram que ações simples podem promover empatia, desconstruir estereótipos e valorizar a diversidade. Essas iniciativas fomentaram a criação de um ethos educacional inclusivo, baseado no respeito, na igualdade e na valorização das diferenças. O estudo também evidenciou a importância da formação continuada dos professores regulares e do fortalecimento das equipes do AEE, tanto em número quanto em qualificação. A articulação entre professores especializados e regentes é fundamental para a implementação de adaptações pedagógicas e para consolidar práticas inclusivas no cotidiano escolar. Conclui-se que, apesar das barreiras estruturais e atitudinais, o AEE tem potencial para transformar o ambiente escolar em um espaço de valorização da diversidade e equidade educacional. O compromisso conjunto de professores, gestores e estudantes é indispensável para a construção de uma cultura educacional mais inclusiva e humanizada. Este trabalho reafirma que, mesmo em contextos desafiadores como o semiárido, pequenas ações podem gerar grandes impactos na promoção de um futuro mais justo e inclusivo para todos.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado (AEE), inclusão escolar, *bullying* escolar, Educação inclusiva no Semiárido, Capacitismo.

## INTRODUÇÃO

A inclusão educacional no semiárido baiano é um grande desafio que envolve um esforço de um time conjunto para a superação de preconceitos, a capacitação dos professores e a garantia da educação com equidade para os estudantes deficientes. Este estudo teve como base as observações que foram feitas durante o estágio supervisionado em um colégio estadual na Bahia de tempo integral, onde se procurou informar dos estigmas relacionados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e fomentar a visão das complexidades vivenciadas e meios possíveis para tentar agregar na luta por uma educação inclusiva no país e principalmente no semiárido.

A pesquisa utiliza uma metodologia qualitativa, que consta com registo de observações participativas no diário de campo, documentação pedagógica e revisão bibliográfica para fomentar argumentos da prática descrita no relato de experiência.

Os resultados e discussões indicaram o preconceito e o *bullying* constituem os obstáculos mais sérios da inclusão escolar, assim como se pode observar o efeito prejudicial sobre a autoestima e o desempenho das pessoas com deficiência. Entretanto, as intervenções realizadas provaram que os diálogos e atividades feitas de maneira organizada e breves podem levar resultados conclusivos interessantes e significativos na inclusão escolar e combate ao *bullying*.

Portanto, esse artigo apresenta barreiras na inclusão escolar da rede publica estadual da Bahia, localizada na cidade de juazeiro-BA, no contexto do semiárido brasileiro, Porém há apontamentos de pequenas atitudes e intervenções pedagógicas geram grandes começos, por meio de pequenas ações exemplificadas na intervenção desse estudo. Demonstrando um poder de mudar as relações no ambiente escolar baiano e de criar uma cultura inclusiva e responsável.

## REFERENCIAL TEÓRICO

## A Educação Especial Inclusiva

A Educação Especial Inclusiva (EEI) busca transformar os valores da educação tradicional através da implementação de políticas educacionais e da reestruturação dos processos de inclusão (Souza; de Carvalho, 2023). Isso exige uma mudança em um sistema educacional ainda está adaptando em receber alunos dentro de um padrão historicamente estabelecido de normalidade (Farias; Bezerra; Malusá, 2018; *ibidem*). Apesar das diversas mudanças ao longo do século XX, o setor educacional continua a enfrentar o desafio de garantir o acesso, a permanência e o aprendizado de indivíduos com diferentes condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras (Souza; de Carvalho, 2023).

No ambiente escolar, a EEI visa valorizar as diferenças e promover uma convivência respeitosa e diversificada entre todos os alunos (Medeiros *et al*, 2024). No entanto, a implementação efetiva da inclusão ainda enfrenta dificuldades significativas, demandando uma transformação no sistema educacional para romper com sua estrutura organizacional atual e instaurar políticas públicas que possibilitem práticas pedagógicas capazes de desenvolver as habilidades intelectuais, culturais e sociais dos alunos (Caimi; Luz, 2018).

Historicamente, a inclusão de alunos considerados Pessoas com Deficiência (PCDs) foi marcada por desafios (Coelho *et al,* 2022). A trajetória da Educação Especial foi repleta de obstáculos, com pessoas com deficiência excluídas de qualquer tipo de atividades que exercem a cidadania, auxílios de políticas públicas assistenciais que promoveriam sua cidadania e, em muitos casos, consideradas um fardo para suas famílias (Castanha, 2016, p. 99).

A educação inclusiva, que se fundamenta nas políticas educacionais e se reflete em cada ambiente escolar, busca criar oportunidades para que os alunos desenvolvam suas identidades, contando com o apoio essencial dos professores e da comunidade escolar (Souza; Carvalho, 2023). Segundo Onohara, Santos Cruz e Mariano (2018, p. 294), “a realidade da existência de pessoas com deficiência exige que a escola mantenha uma postura responsável em relação a todas as crianças, sem discriminações”. Para alcançar o sucesso da inclusão escolar uma postura ativista e política humanista se faz necessária na formação docente e na formação dos educandos para reconhecimento dos direitos e dignidade da pessoa com deficiência.

Portanto, a realidade social da Educação Especial-Inclusiva demanda responsabilidades de todos os agentes envolvidos na escola para sua efetiva execução, sobretudo quando barreiras físicas e sociais, políticas entre outras são encontradas, mas esses obstáculos devem ser transpassados com o trabalho coletivo para impulsionar o potencial acadêmico e cidadão dos alunos com deficiência.

## A Importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Inclusão Escolar no contexto do semiárido

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), no semiárido baiano, é um componente essencial da política de inclusão educacional no Brasil, conforme estabelecido pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (Brasil, 2011). Este decreto regulamenta a Educação Especial na perspectiva Inclusiva e define o AEE como um serviço de suporte destinado a atender as necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O principal objetivo do AEE é identificar e remover barreiras que possam impedir a participação plena dos alunos no ambiente escolar regular. Para isso, o atendimento deve ser fornecido através de recursos pedagógicos e de acessibilidade, planejados e implementados conforme as necessidades individuais de cada aluno, fundamentados na literatura da educação especial-inclusiva (Mazzotta, 2005, p. 112; Regert *et al*, 2023).

O AEE ao utilizar a Educação Especial-Inclusiva como base para sua *práxis pedagógica* incorpora em seu atendimento a filosofia de inclusão e respeito as diferenças individuais (Regert *et al*, 2023), bem como o direito a todos em poder ter um formação educativa cidadã digna.

As atividades do Atendimento Educacional Especializado ocorrem em salas de recursos multifuncionais, que são espaços criados para oferecer suporte adicional e estratégias diferenciadas de ensino, possuidora de recursos pedagógicos que promovam as habilidades e competências que complementem ou suplementem as demandas socioeducacionais dos estudantes atípicos (*ibidem*; Brasil, 2011).

O Decreto nº 7.611/2011 também destaca a importância da formação contínua dos profissionais envolvidos no AEE, como professores e especialistas, para assegurar a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas (Brasil, 2011). A formação deve englobar técnicas e metodologias específicas para o atendimento às necessidades educacionais do aluno com deficiência, além do desenvolvimento de competências para criar um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor conforme sua realidade socioambiental (Medeiros; *et al*, 2024).

Adicionalmente, o decreto estabelece que o AEE deve ser integrado ao currículo regular e às práticas pedagógicas da escola. Isso garante que os alunos possam participar ativamente das atividades escolares e alcançar seu potencial acadêmico e social máximo.

É importante afirmar que o AEE não se limita apenas à intervenção direta com os alunos, mas também inclui a orientação e capacitação dos professores regulares para adaptar suas práticas e promover a inclusão de forma efetiva (Sassaki, 2016), no intuito de garantir a efetivação da inclusão dos alunos atípicos, é fundamental que a escola inclua o AEE em seu Projeto Político Pedagógico e preveja sua funcionalidade (Brasil, 2011).

No mais, a presença de um professor especializado, com formação inicial e específica na educação especial-inclusiva, seja inicial ou continuada, é indispensável para o sucesso dessa inclusão escolar (Regert, 2023). Assim, o aluno matriculado na rede regular de ensino tem o direito de frequentar a sala de aula comum e, no contraturno, receber o AEE em uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), ministrado por um professor especializado nos Estados e Munícipios de todo território brasileiro (Brasil, 2017b; *ibidem*).

A educação inclusiva da Bahia tem um documento norteador chamado **Diretrizes Pedagógicas da Educação Inclusiva da Bahia** (Brasil, 2017)informando dados importantes sobre a pauta inclusão no estado da Bahia como o quantitativo de municípios 417, com 19.689 instituições de ensino na Educação Básica, totalizando 3.767.970 matrículas distribuídas nas redes federal, estadual, municipal e privada. Entre esses alunos, 4.284 são da “Educação Especial”, de acordo com os dados do Censo Escolar da Bahia de 2013 disponibilizados no documento.

Segundo o site de notícias do governo do estado da Bahia, em 2024 a demanda por inclusão escolar aumentou, levando a um crescimento de 46% no número de alunos com deficiência (PCD) nas escolas estaduais, ou seja, um aumento de 4.828 novos alunos (Bahia, 2024).

Tais dados revelam um aumento significativo da matrícula de Alunos PCDs, advindo da democratização do acesso a saúde e anos de luta social para combater os estigmas que impediam as pessoas com deficiência de lutar pelos seus direitos em obter acesso aos serviços de educação e saúde. Todavia, esse progresso legal ainda está longe do desejável, é sabido que o semiárido é marcado por contradições e ausências de justiça social para com o povo sertanejo que luta para ter acesso a políticas públicas efetivas para essa região (Sousa *et al*, 2023).

Concluindo, o AEE complementa o ensino para estudantes com deficiência, e suplementa o ensino para aqueles com altas habilidades e/ou superdotação, desempenhando um papel crucial na promoção da equidade educacional e garantindo todas as habilidades e competências sejam concluídas na escola para benefício do educando PCD.

# PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS DO ESTUDO

O presente estudo tem uma abordagem qualitativa por abordar um vínculo entre a subjetividade do sujeito e o mundo objetivo, destacando uma visão que oportuniza a proximidade dos sentidos das ações e das relações humanas para traçar formas de intervenções mais nítidas em relação à realidade que é complexa por sua diversidade (Minayo,1999; Moura *et al*, 2021).

Esse artigo é baseado nas observações-participativas obtidas do Estágio Supervisionado da pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado e Salas de Recursos Multifuncionais da Faculdade Iguaçu, vinculada à UNIMINAS, conforme a Resolução CNE/CES Nº 01/2018 e a Portaria Nº 1640/2019. O período do estágio foi de 20 dias cumprindo uma carga horária de 5 horas/dia no período de segunda a sexta, entre os meses de Abril e Maio, de 2024.

Concluindo, para analise das reflexões e observações do estágio supervisionado foram incorporados uma análise documental de documentos que norteiam a prática da educação inclusiva e uma pesquisa bibliográfica tradicional.

## Sujeitos da pesquisa e sua ocultação ética

Os sujeitos da pesquisa foram, em principal, a professora regente, alunos contemplados pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e alunos da sala de aula comum, porém foi realizado uma observação ampla do colégio estadual incluindo terceirizados, corpo docente da sala de aula regular, coordenação pedagógica e gestão escolar.

Por fim, devido a razões Éticas foi ocultado nomes da instituição, dos profissionais, alunos observados, usando pseudônimos – Caso necessário - para se referenciar para algum sujeito da pesquisa no período do Estágio, o motivo é que este artigo pode apresentar temas e argumentos possivelmente polémicos e sensíveis.

## *Lócus* da pesquisa

O local da pesquisa onde foi realizado estágio supervisionado é um Colégio Estadual, do Estado da Bahia, localizado no município de Juazeiro, que atende os Anos Finais do Ensino Fundamental (E.F) e Ensino Médio (E. M), compõe a rede de escolar com educação tempo integral até primeiro ano do ensino médio, os demais anos ainda estão no processo de inclusão. A escola se encontra em fase final da reforma para adoção do programa educação em tempo integral do governo da Bahia que ofertará aulas em laboratórios, quadras de esportes entre outras salas.

Portanto, a instituição contempla um espaço grande com a matrícula de quase 1.000 alunos, contendo cinco turmas para cada série do 6º ano E.F até 1º ano do E.M e os 2ºs e 3ºs ano do E.M contempla 4 turmas manhã e 4 turmas tarde para cada série. A escola também oferta Educação de Jovens e Adultos e Idosos (EJAI) no turno noturno.

## Sobre a coleta e análise dos dados

A coleta de dados ocorreu através dos registos do (1) diário de campo frutos da observação participativa (relato de experiência) do ambiente do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do colégio Estadual alvo do estágio que permitiu uma imersão direta nas práticas cotidianas dos sujeitos da pesquisa que estão diretamente ou indiretamente envolvidos com as atividades adjuntas dos alunos frequentadores do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O objetivo do diário de campo para Teixeira, Pacífico e Barros (2023) é identificar problemáticas observáveis pela prática e formular saberes para uma intervenção que solucione os problemas encontrados ou minimize-os. E por se tratar de registos obtido da experiência no estágio supervisionado a pesquisa adotar uma característica autonarrativa (Silva, Rafael Pires *et al*, 2020) evidenciando a subjetividade do agente participativo, no caso o acadêmico Estagiário Ítalo Áquila Martins Macedo, perante os acontecimentos descritos e analisados nos resultados do estudo.

Também, foram analisados os (2) documentos legais: **Resolução Nº 14 de 11 de março, 2014** do Conselho Estadual de Educação da Bahia (Brasil, 2014), **Diretrizes pedagógicas da Educação Inclusiva** **da Bahia** (Brasil, 2017a) e o documento **sala de recursos multifuncionais: o AEE em ação** (Brasil, 2017b) com informações que norteiam a utilização da sala de Recursos Multifuncionais e o Sistema de Ensino da Educação inclusiva.

A pesquisa documental e a análise documental possibilitam a observação do processo de crescimento ou desenvolvimento de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas (Cellard, 2008, p. 295; Ujiie; dos Anjos 2023), logo, procura-se nessa etapa traçar um paralelo entre o que é experienciado no cotidiano do estágio com os documentos norteadores legais da prática pedagógica do AEE.

Por fim, os estudos da pesquisa (3) bibliográfica tradicional, ou seja, sem caráter sistemático para compor a discussão dos resultados. Foram utilizados para compor a discussão da advinda posterior coleta dos dados. A pesquisa bibliográfica tradicional envolve a revisão de referências teóricas previamente analisadas e divulgadas por meio de livros, artigos acadêmicos e websites com intuito de coletar informações e conhecimentos publicados sobre o tema abordado no estudo (da Fonseca, 2002, p. 32; de Lunetta; Guerra, 2023).

## Sobre a intervenção pedagógica realizada

Devido a necessidade de intervenção pedagógica sobre os comentários de *bullying* e incapacitista foi realizada uma intervenção pedagógica por meio de uma palestra. Atividade executada nas salas de aula dos anos finais do ensino fundamental, objetivou-se em promover saberes contra formas de incapacitismos e eliminar o *bullying* de falas desnecessárias sobre quem realizada o acompanhamento do no Atendimento Educacional Especializado, além de sanar duvidas sobre o AEE e seu papel na escola.

Por fim, a intervenção realizada por intermédio de um plano com tempo máximo de 20 minutos nos dias de terça-feira, quinta-feira e sexta-feira nos turnos matutino e vespertino, com os professores da sala de aula comum (regular) previamente avisados da intervenção. Segue abaixo o roteiro da intervenção.

**Roteiro de Palestra - Roda de Conversa (20 minutos)**

**Tema**: O Combate aos Estigmas e Incapacitismo das Pessoas com Deficiência na Sala de Aula

**Público-alvo:** Estudantes dos anos finais do ensino fundamental

1. **Abertura** (2 minutos)

**Apresentação do Facilitador**: "Olá, pessoal! Meu nome é [Nome do palestrante], sou [breve apresentação]. Hoje vamos conversar sobre um tema muito importante: como podemos combater os estigmas e o capacitismo em relação às pessoas com deficiência na sala de aula."

- **Explicação do formato**: "Esta será uma roda de conversa, então, fiquem à vontade para fazer perguntas e compartilhar suas ideias ao longo do nosso tempo juntos."

2. **Introdução ao Tema** (4 minutos)

“O que significa estigma e capacitismo para vocês?”

**Estigma**: “Rótulos” ou “pré-julgamentos” que fazem com que as pessoas com deficiência sejam vistas de forma negativa ou inferior.

**Capacitismo**: Preconceito que desvaloriza as pessoas com deficiência por acreditarem que elas são menos capazes que as outras.

**Exemplos**: Fazer piadas sobre deficiências, subestimar o potencial acadêmico de uma pessoa com deficiência, ou não considerar suas opiniões em sala de aula.

Por que isso é um problema?

Afeta a autoestima e o rendimento escolar.

Cria barreiras emocionais e sociais, dificultando a inclusão.

Impacta o ambiente escolar, pois todos perdem ao não reconhecer a diversidade como um ponto positivo.

3. **Reflexão Conjunta: Como Combatemos Isso?** (8 minutos)

A palavra é aberta aos estudantes:

"O que vocês acham que pode ser feito para combater esse tipo de preconceito?"

**Sugestões práticas** (orientadas pelo facilitador):

Educação e Sensibilização: Conversar abertamente sobre deficiências e como elas não definem uma pessoa.

Empatia e Respeito: Tratar todos com dignidade, sem preconceitos. Valorizar as habilidades, e não focar nas limitações.

Adaptações e Apoio: Entender que cada pessoa aprende de maneira diferente e que as adaptações são uma forma de garantir igualdade de oportunidades.

Desconstruir mitos: Muitos acreditam que pessoas com deficiência não podem ter sucesso ou independência. Expor exemplos contrários pode ajudar.

4. **Exemplos Inspiradores** (3 minutos)

Histórias de pessoas com deficiência que superaram estigmas:

Exemplo de estudantes que, com apoio e adaptações, alcançaram sucesso acadêmico.

Profissionais renomados que enfrentaram preconceitos e provaram que suas deficiências não definem suas capacidades.

"Esses exemplos mostram que a inclusão beneficia todos."

5. **Encerramento e Ação** (3 minutos)

Mensagem final: "Cada um de nós pode fazer a diferença na luta contra o capacitismo. Pequenas ações, como ouvir e apoiar, são essenciais para criar um ambiente inclusivo."

Convite à ação: "Pensem em como podem aplicar o que conversamos no dia a dia de vocês. E lembrem-se: incluir é um ato de respeito e cidadania!"

- Perguntas Finais: "Alguém gostaria de fazer mais algum comentário ou pergunta antes de terminarmos?"

6. **Despedida** (1 minuto)

- "Obrigado pela participação! Foi ótimo conversar com vocês sobre esse tema tão importante. Conto com vocês para combater os estigmas e construir um ambiente escolar mais inclusivo!".

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

**Reflexões Iniciais do Estágio Supervisionado no Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

O estágio supervisionado é uma etapa de formação do acadêmico estudante que se trabalha de maneira reflexiva e ativa, os estudos teóricos assimilados durante sua formação acadêmica, para performar sua prática profissional de maneira mais integral e consciente da realidade que o cerca (Melo, 2008).

Os estudiosos Almeida e Pimenta (2014), Pimenta e Lima (2017) e Silva (2023) acrescentam que o Estágio Supervisionado nas licenciaturas promove a oportunidade de realizar uma ação-reflexão-ação agregando ao entendimento dos estudantes licenciandos uma visão agregada da teoria acadêmica e prática profissional, com objetivo de construir habilidades e competências na resolução de problemas e potencialização de fatores positivos verificados na prática profissional.

As intervenções do AEE, no semiárido baiano, embora frequentemente estejam associadas as salas de recursos multifuncionais, devem ser implicados em uma perspetiva de inclusão escolar e esse potencial pedagógico deve ser expandido para espaços comuns da escola (Brasil, 2011; Brasil, 2014; Brasil, 2017a; Brasil, 2017b; Souza, *et al*, 2023). Essas ações geram oportunidades de conscientização coletiva, promovendo a filosofia da inclusão como valor central na convivência escolar que muita das vezes deixa a desejar.

No Estágio Supervisionado, no Atendimento Educacional Especializado (AEE), se destacou as evidentes formas de preconceito em relação aos alunos com deficiência. Os alunos não deficientes realizavam comentários depreciativos sobre os colegas que frequentaram o AEE, usando risadas e cochichos, cita-se falas: "ele é do AEE", "é lá que vão os especiais" ou "gente com problema".

Essas atitudes reforçaram o estigma e a exclusão social, prejudicando a inclusão escolar. Os comentários desnecessários estão profundamente enraizados nas percepções sociais e culturais da sociedade brasileira que reforçam a visão de Caimi e Luz (2018), Farias; Bezerra; Malusá, (2018) e Souza; de Carvalho (2023) sobre a persistência das barreiras e dificuldades da implementação da educação especial-inclusiva para equidade de todos os atípicos na escola e sociedade.

A cosmovisão discriminatória e o *bullying* escolar direcionado aos alunos com necessidades especificas se estende além de atrapalhar as experiências escolares e o desenvolvimento acadêmicos dos estudantes com deficiências. Ela reforça sua marginalização social (Castanha, 2016, p. 99) que segundo Maciel (2000) as pessoas com deficiência são empurradas para uma marginalidade na sociedade gerando uma difícil acessão socioeconômica e perpetuação dessas visões negativas que adentram na escola como uma cultura.

Assim, nas anotações do estagiário, a percepção pejorativa sobre suas deficiências traduz em uma falta de compreensão e empatia dos estudantes não deficientes, impactando negativamente aos alunos atípicos - causando constrangimento, vergonha e negação da sua comorbidade e necessidades educacionais especificas – criando uma resistência dos estudantes do AEE em frequentar a sala de recursos multifuncionais.

Desse modo, percebe-se que o professor ou profissional que atua em apoio ao AEE deve se utilizar de recursos dialógicos para convencer e apoiar socioemocionalmente os estudantes constrangidos por conta do *bullying* escolar. O estagiário rebatia os argumentos depreciativos e motivava sempre que possível a continuidade dos alunos matriculados no AEE para continuarem com seu esforço acadêmico e resiliência mental para contornar as situações desagradáveis vivenciadas na escola.

Devido a crescente onda de desmotivação por parte dos alunos do AEE, a professora supervisora se programou para visitar as salas de aula e contra por esses casos maldosos de bullying que desmotivava os estudantes, o estagiário acompanhava e seguia como apoio a professora regente nas suas conversas com a turma. Mais detalhes serão dissertados no próximo subtópico.

Por tanto, essas perceções negativas e o *bullying* escolar foram identificadas como barreias da inclusão social, autoestima e o desempenho acadêmico dos alunos atendidos no AEE. A construção de um ambiente inclusivo para a desconstrução de estigmas culturais profundamente enraizados se posta como principais problemas enfrentados no estágio supervisionado. É fundamental que o estágio, enquanto prática formativa, seja um momento de transformação e conscientização, favorecendo a criação de um espaço escolar mais acolhedor e livre de discriminação.

**Relato de Experiência do Estágio Supervisionado no AEE**

Na prática do Estágio Supervisionado foram realizadas algumas visitas semanais com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em turmas dos anos finais e Ensino Médio do colégio para fornecer diálogos educativos e ajudar na inclusão dos educandos com deficiências às aulas regulares que se desmotivavam em frequentar o AEE por conta de comentários desnecessários e *bullying*.

Nessas visitas, verificava-se constantemente narrativas dos estudantes nas turma quando a Docente do AEE e o estagiário se apresentavam aos alunos nas salas de aulas. Os comentários envolviam desde a dúvida sobre o que seria o AEE e o que faz o atendimento educacional especializado com os alunos que frequentam a sala de Recursos Multifuncionais; até falas depreciativas sobre quem frequenta o AEE.

Nos registros do Diário de campo, do estagiário, evidenciou que em todas as turmas continha uma maioria dos estudantes que não sabiam o que era o AEE. Sempre quando se levantava a dúvida o estagiário procurava, brevemente, explicar do que se trata a educação especializada. “O AEE tem com objetivo de melhorar o desenvolvimento social e educacional de alguns alunos com laudo de deficiência ou altas habilidades/superdotação”.

Em contraponto aos comentários curiosos sobre o AEE, se destacava sempre comentários desnecessários que eram ouvidos nas visitas as salas de aula comum (regulares). Cita-se “São professores dos alunos especiais!”, “São gente que tem problema, que vão para essa sala”, “São os que são alejados (risos da sala)”, “Mulher, isso é para quem tem problema na cabeça!”, “São gente que não consegue estudar direito”.

A cultura social que recai sobre os alunos com deficiência na escola, frequentemente, ignora suas habilidades e potencial, limitando suas oportunidades de participação plena e enriquecedora no processo educacional (Silva; Carvalho, 2017; Souza; Carvalho, 2023). Esse fenômeno reflete uma visão restritiva que prejudica a inclusão efetiva dos alunos com deficiência no ambiente escolar, além de evidenciar uma linha pensamento incapacitista.

No contexto do semiárido baiano, as atitudes capacitistas observadas, como comentários depreciativos em sala de aula, parecem enraizadas em uma cultura escolar que reflete desigualdades sociais e a falta de acesso a informações sobre inclusão (Souza *et al*, 2023). A escola pública, na visão do estagiário, é o berço da massa brasileira que possui um perfil socioeconômico de classe baixa ou média baixa e a ausência de políticas públicas serias causam um estado de abandono e promotor de uma visão de barbárie cultural. Onde a incivilidade se destaca perante a colaboração de todos em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Esses fatores tornam o *bullying* uma prática recorrente, prejudicando não apenas a autoestima dos alunos, mas também sua permanência escolar.

Alguns alunos acometidos negativamente pelas falas descabíveis chegavam ao ponto de desenvolver uma rejeição a sua condição como deficiente, negando reconhecer e aceitar sua comorbidade devido ao *bullying*. Essa situação exalta o desamparo de adultos que deveriam guarnecer a juventude contra essas barbáries e ajudar na inclusão escolar desses alunos.

Para Fante (2002) pessoas alvo de *bullying* tem mais chances de possuir baixo rendimento escolar, dificuldade de aprendizagem e concentração e em casos mais graves recusam em voltar a escola e tem um histórico de troca de escolas com frequência ou de abandono dos estudos. Ao refletir sobre o apontamento de Fante e, do já citado, Maciel (2000) sobre a marginalização das pessoas com deficiência pela sociedade, é possível inferir que a realidade educacional das pessoas atípicas é mais opressiva e com um risco de vulnerabilidade social alta devido a essas várias camadas de injustiças sociais e educacionais aglutinadas sobre eles.

Uma das soluções para trabalhar essa problemática do *bullying* é enfatizar e reiterar ao professor regente da sala de aula comum (regular), gestão escolar e a comunidade escolar, como um todo, a refutação desses argumentos pejorativos e auxiliar na inclusão dos estudantes com deficiência em suas atividades pedagógicas da sala de aula com os seus pares.

Mas na experiência do estágio ficou nítido que a escola, corpo docente e gestão e coordenação escolar se ausentam de mais nessas questões. Principalmente os docentes da sala de aula que não demonstram uma proatividade para trabalhar essa incivilidade com seus alunos atípicos. Assim, fica sobrecarregado ao AEE ter que “resolver” esses problemas, visto que educar para inclusão e rebater esses comentários não são algo difícil de se realizar.

Ademais, em um registro feito no diário de campo, o estagiário foi a procura de uma aluna (Autista nível 1 de suporte) do 9º ano para assinatura de alguma documentação pendente no AEE. Ao chegar na sala o professor de matemática estava aplicando uma atividade em que dividiu os alunos em grupos para trabalhar com um livro didático de matemática.

O grupo da aluna, cujo estagiário foi procurar, não acreditava que ela seria capaz de realizar a atividade, que envolvia operações de raciocínio lógico com distância usando um desenho, do tipo mapa, com referências a pontos turísticos de uma cidade. A educanda ficou reclusa com os demais colegas do grupo, parada, somente observando os outros colegas do grupo realizar atividade sem a participação dela.

Entretanto, o estagiário ao tomar ciência da situação, pediu a permissão do professor regente para uma intervenção com o grupo que continha a aluna. O estagiário promoveu a paciência dos colegas para dar oportunidade a ela de tentar realizar atividade com os demais, os alunos aceitaram a proposta sem resistência, e com a mediação do estagiário motivando a educanda com TEA a atividade proposta pelo docente da turma foi concluída sem muitas dificuldades.

Tal situação descrita esclarece e exemplifica que a visão de ter um auxiliar capacitado em Educação Inclusiva presente na sala de aula para a educanda com deficiência ou para o professor regente é de grande valia na inclusão prática dos educandos com deficiência.

Nas **diretrizes da educação inclusiva do estado da Bahia** há uma menção de vários profissionais que devem compor a equipe de inclusão escolar aos educandos com deficiência como professores mediador da aprendizagem especial, técnicos de atendimento educacional especializado, professor de orientação e mobilidade (OM), instrutor mediador, profissional de apoio escolar etc. (Brasil, 2017).

Todavia, a prática cotidiana escolar mostra um cenário oposto ao proposto nos documentos norteadores. Cabendo na prática real somente intervenções esporádicas ou atitudes dos professores regulares interessados em realizar as intervenções educativas inclusivas e no combate ao preconceito do público-alvo do AEE.

Essa realidade chocante põe em xeque a confiabilidade da competência do governo do Estado da Bahia, pois é reconhecido em seu portal de notícias o aumento de estudantes com laudo com alguma deficiência, mas a contratação profissional não está acompanhando a demanda real que a escola pública demanda (Bahia, 2024). E converge com a literatura levantada sobre as barreiras ainda encontradas na educação escolar de pessoas com deficiência (Caimi; Luz, 2018), Farias; Bezerra; Malusá, 2018; Coelho *et al,* 2022; Souza; Carvalho, 2023; Souza *et al*, 2023).

Mas, também, é importante pontuar que o docente responsável pela atividade em grupo da turma não demonstrou proatividade em fazer qualquer tipo de intervenção levando a considerar hipóteses como ausência de formação continuada para captá-lo a inclusão escolar, sobrecarga de alunos na sala de aula (segundo registro do estagiário tinha cerca de 38 alunos), provocando cansaço mental ao professor, e por fim, a falta de *ethos* (ética) do profissional da educação em não querer, por livre escolha, executar atividades inclusivas.

Fazendo alusão a Onohara, Santos Cruz e Mariano (2018, p. 294) a escola - enquanto profissionais e comunidade - deve se posicionar a favor de atividades pedagógicas promotoras de inclusão na escola e apoiar os alunos não deficientes em favor da igualdade/equidade aos educandos com deficiência (Souza; Carvalho, 2023) para juntos possibilitamos uma cultura moral e ética alinhadas com a filosofia de inclusão escolar e direitos humanos (Regert *et al*, 2023).

Assim, a falta de apoio dos professores pode refletir a carga de trabalho e a falta de formação contínua e de envolvimento escolar. Esta situação dificulta a implementação de um sistema educativo eficaz, afetando assim as atitudes de participação. Para garantir a equidade na educação, as escolas devem tomar uma posição que garanta que todos, incluindo os alunos com deficiência, tenham oportunidades educativas iguais. A ética profissional e o compromisso com os direitos humanos devem ser importantes como parte do processo de promoção de uma cultura escolar inclusiva e equitativa.

No mais, as intervenções com professora regente nas turmas regulares se tornaram poucas, visto que ela só realizava essas intervenções nas turmas regulares quando um dos seus alunos faltava e ficava com horário livre. Essa situação levanta uma reflexão da necessidade de uma equipe maior no AEE para alcançar a democratização do educação inclusiva em todos os locais da escola (Mazzotta, 2005; Regert *et al*, 2023).

Portanto, como proposta de solução a fim de enfrentar esses desafios nas salas de aula regular, o estagiário preparou um roteiro para realizar diálogos rápidos nas turmas da manhã dos anos finais e Ensino Médio, com duração máxima 15 a 20 minutos. Visto que as quantidades de turmas eram muito grandes. Só nos anos finais, do Ensino Fundamental, havia entorno de 30 turmas só pela manhã. E as intervenções no ensino médio ainda não ocorreram, mas as anotações do estagiário especulam entorno de 12 turmas.

**Intervenção pedagógica nas salas de aulas comum (regulares)**

A intervenção realizada se apoiou em diálogos nas turmas dos anos finais, do Ensino Fundamental. Durante a palestra os alunos se envolveram além do esperado, sendo que alguns trouxeram experiências de amigos, familiares e conhecidos que tem algum contato com uma pessoa com deficiência que desempenham atividades comuns aos seus pares, trabalham e estudam, e que já sofreram com a discriminação em algum momento de suas vidas.

Atividade pedagógica objetivou em trabalhar o *bullying* e o incapacitismo para com as pessoas com deficiência, apresentando conceitos e questionamentos que contestam qual o caráter de humor em diminuir uma pessoa possuidora de uma comorbidade que ela não escolheu obtê-la. O diálogo nesse ponto seguiu em um tom de seriedade com características de admoestação contra os absurdos que é usar de falas vexatórias e palavras inconvenientes que foram observadas nas visitas as salas de aula.

A partir dessas narrativas consumadas na palestra ficou registrado no diário de campo uma visão em que o preconceito se nutri da exclusão e do isolamento, mas quando uma pessoa intervém em favor do próximo e o coletivo se uni nessa causa, as formas de ignorâncias e preconceitos tentem a se diluir perante o choque da realidade e da consciência que a falta de empatia causa no semelhante que possui uma deficiência. Sendo essa tomada de consciência uma construção de competência necessária para exercício da inclusão escolar (Medeiros; *et al*, 2024).

Ademais, os estudantes se envolveram positivamente com diálogos trazido pelo estagiário e houve alunos que trouxeram relatos de experiência com algum PCD tinham uma postura e argumentos coerentes com uma pessoa tolerante e aberta a se envolver com pessoas deficientes. E ao ter colegas que compartilhavam de animosidade para com as pessoas com necessidades atípicas, verificou-se uma assimilação positiva das turmas para com a pauta de combate a discriminação e esclarecimentos de tolerância e promoção da colaboração com o colega deficiente, se houver na sala.

No contexto do semiárido, onde práticas comunitárias e o diálogo têm papel central na resolução de conflitos, a intervenção pedagógica mostrou-se coerente com a cultura local de simpatizar e entender o outro pelas dores vivenciadas pelo cotidiano sem acessibilidade estrutural e acesso ao reconhecimento de identidade e dignidade (Souza *et al*, 2023). Essas práticas reforçam a empatia e o respeito como valores essenciais no combate ao *bullying*.

Outro ponto importante que colaborou para o envolvimento positivo dos alunados foi a brevidade dos diálogos na sala de aula. Estudos da neuroeducação defendem a importância de uma revisão do tempo das aulas, pois a atenção do aluno se diminuiu da segunda metade do século passado até a atualidade.

No século XX, especificamente em 1965, o estudioso Frost afirma que após 15 minutos de aula a atenção reduz em 10% e depois de 35 minutos há uma dispersão total dos estudantes (Richardson, 2014). E, na atualidade, segundo Moura (2017), o tempo de aula ideal deve-se passar de 50 minutos para 50 aulas de 10 minutos. Essa divisão das aulas com intervalos curtos se torna uma forma de regência necessária aos educandos do contemporâneo.

No mais, a intervenção pedagógica, de característica inclusiva, realizada mostrou possuir um potencial importante e muito positivo, que merece a sua continuidade com participação ativa dos professores por meio da interdisciplinaridade dos conteúdos promovendo a inclusão sem abdicar da programação curricular da disciplina do docente, pois a interdisciplinaridade é uma visão que mescla diversas disciplinas para promover o debate em um tema por múltiplos olhares que não se restringindo a problemática levantada a uma única área de estudo (Fazenda, 1995; da Silva; Ferreira, 2023).

Tal proposta interdisciplinar foi apresentada nas reuniões de formação continuada aos professores da sala de aula comum (regular) e gestão e coordenação escolar pela equipe do AEE (Medeiros *et al*, 2024), que são realizadas pelo menos duas vezes no mês para trazer saberes e reflexões sobre a inclusão escolar, onde o estagiário propôs aos professores visões alternativas sobre seu componente curricular mesclando aos interesses de uma inclusão educacional de combate ao *bullying.*

Todavia, as reuniões entre os pares docentes e gestão escolar se restringiam depois da palestra ao debate sobre o desempenho acadêmico como notas, faltas e as indisciplinas dos educandos em sala de aula quando eles ministravam o conteúdo. A maioria dos Docentes da sala de aula comum(regular) não tinha iniciativa em debater a promoção de saberes em sala de aula sobre *bullying* e proatividade de adaptações de materiais, aulas, envolvimento dos alunos com o estudante com deficiência etc., com exceção dos professores de educação física, que gostavam da inclusão nos esportes, e uma professora de letras, que tinha um filho autista.

Após término das reuniões pedagógicas, era visível a frustação da docente do AEE que se esforçava em trazer materiais e opções de atividades, avaliações e abordagens que não eram assimiladas e compartilhadas na *práxis pedagógica*  dos docentes da sala de aula comum. Uma fala da professora do AEE chamou muita atenção do estagiário quando ela abaixava a cabeça e falava com ela mesma “(suspiro) Vamos que amanhã é outro dia com essas crianças e temos que ajudá-las”. Essa cena marcou o estagiário por demonstrar a resiliência de um professora que abraça a causa da educação inclusiva, mesmo enfrentando as barreiras atitudinais dos demais profissionais da Educação.

Portanto, a intervenção demonstra que por mais breve que seja uma atividade há resultados que vão além da expectativas do articulador da atividade. E que se os professores da sala de aula comum(regular) executasse bem a educação inclusiva para promover a diversidade e o respeito, provavelmente não haveria tantos casos de *bullying*  e falas desnecessárias na sala de aula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo exalta o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como meio essencial na promoção da inclusão escolar e combate a estigmas relacionados ao publico do AEE. Por meio das observações-participativas e intervenções pedagógicas realizadas durante o estágio supervisionado se firmou uma realidade de preconceito de *bullying* como barreiras importantes no ambiente escolar. Porém, a intervenção pedagógica demonstrada trouxe um potencial significativo em transformar essas barreiras em oportunidades de construção da conscientização e empatia.

A educação Especial-inclusiva vai além da simples adaptação do currículo. Ela envolve uma mudança na forma como todos os membros da comunidade escolar percebem e apoiam a inclusão dos alunos com deficiência. Assim, o estudo demostrou que a comunidade escolar não está alinhada com esse ideal, ocorrendo ausência de atividades por parte docente e engajamento de alunos para pauta de inclusão de pessoas com deficiência.

O ideal ser concretizado é necessário expandir o impacto do AEE no semiárido baiano com esforços coordenados como a capacitação continuada dos professores da rede regular e o concurso publico de profissionais especializados para atender à crescente demanda verificada na prática do estágio supervisionado. Além disso, parcerias com ONGs e universidades locais podem fortalecer as iniciativas inclusivas em escolas públicas.

Outro ponto que merece destaque é a vigilância e ativismo político constante, esses dois elementos devem ser internalizados no comprometimento coletivo de toda a sociedade e promovido nas instituições de ensino/educacionais. É vital que vertente política-pedagógica se faça mais presente nas instituições educacionais da Bahia/Semiárido e nas comunidades para promover o alinhamento com a humanização e da igualdade/equidade para todos os alunos atípicos.

Ao final desse estudo, firma-se um entendimento que a escola/colégio publica(o) possui muitas potencialidades de desenvolvimento socioeducacional, mas devido a carência de recursos humanos, financeiros e a ausência de união entre os pares docentes combinado com o sentimento de desamparo são características que marcam o cotidiano de quem trabalha na educação inclusiva da rede pública, do semiárido baiano.

Entretanto, com pequenas intervenções e atitudes podemos fazer grandes diferenças e impactar positivamente no desenvolvimento da educação dos nossos jovens. A simplicidade se mostra nesses momentos difíceis a grande chave que abre a porta da esperança em rumo a um futuro melhor para nós e nossas crianças.

Por fim para avançar em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva, é necessário confrontar e superar preconceitos arraigados na percepção social. Através de um diálogo aberto e de uma abordagem culturalmente sensível, é possível criar uma escola e uma sociedade mais acolhedora e justa, onde todos os alunos, independentemente de suas deficiências, tenham a oportunidade de prosperar e participar plenamente. Essa situação revela a urgência de uma intervenção cultural significativa no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágios Supervisionados na Formação Docente.** São Paulo: Cortez, 2014.

BAHIA. **Secretaria da Educação do Estado inicia contratação de 985 profissionais para educação especial**. Ascom/SEC. Disponível em estudantes.educacao.ba.gov.br/noticias/secretaria-da-educacao-do-estado-inicia-contratacao-de-985-profissionais-para-educacao-espe. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE n° 14, de 11 de março de 2014. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, no Sistema Estadual de Ensino. **Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, BA**, 12 mar. 2014. Seção I. Disponível em conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao\_CEE\_N\_14\_2014.pdf. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. **Diretrizes da educação inclusiva no Estado da Bahia** (pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação). Salvador, BA: Secretaria da Educação, 2017a. Disponível em: escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoespecial1. Acesso em: 29 jun. 2024.

\_\_\_\_\_\_\_. **Sala de recursos multifuncionais: o AEE em ação**. Orientações para a organização e funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) do Estado da Bahia, Salvador. Secretaria da Educação, 2017b. Disponível em: escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoespecial1. Acesso em: 29 jun. 2024.

\_\_\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

CAIMI, Flávia Eloisa; LUZ, Rosângela Nunes da. Inclusão no contexto escolar: estado do conhecimento, práticas e proposições. **Revista Educação Especial**, vol. 31, núm. 62, 2018. Disponível em redalyc.org/journal/3131/313158892012/313158892012.pdf. Acesso em 13 de Dez. 2024.

CASTANHA, Juliane Gorete Zanco. **A trajetória do autismo na educação: da criação das associações à regulamentação da política de proteção (1983-2014)**. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.

CELLARD, A. **A análise documental**. *In*: Poupart, J. *et al*. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008. p.295. Disponível em https://siposg.furg.br/selecao/download/1123/pesquisa\_documental.pdf. Acesso19 de Jul. 2024.

COELHO Caroline Pugliero; SOARES, Renata Godinho; VIÇOSA, Cátia.; ROEHRS, Rafael. Educação Especial Inclusiva: histórico legislativo e contexto escolar, diálogos necessários. **Revista Educação e Políticas em Debate,[Si]**, p. 441-458, 2022.

DA FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002. Disponível em ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf. Acesso em 13 de Dez. 2024.

DA SILVA, Antonia Rosemeire Guedes; FERREIRA, Luís Carlos. A INTERDISCIPLINARIDADE NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR. **Identidade!**, v. 28, n. Especial, p. 27-27, 2023. Disponível em revistas.est.edu.br/periodicos\_novo/index.php/Identidade/article/view/2584. Acesso em 19 de Nov. 2024.

DE LUNETTA, Avaetê; GUERRA, Rodrigues. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Revista OWL (OWL Journal)-Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023. Disponível em https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48. Acesso em: 19 nov. 2024.

FANTE, Cléo. **O fenômeno bullying:** como prevenir a violência nas escolas. 2. ed. Campinas: Verus, 2005

FARIAS, Josélia Maria da Silva; BEZERRA, Elaine Pontes; MALUSÁ, Silvana. Políticas públicas para a educação especial e inclusão no sistema educacional brasileiro. **Revista Educação e Políticas em Debate**. v. 7, n. 3, p. 419-430, set./dez. 2018. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/47524. Acesso em: 13 dez. 2024.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** Edições Loyola, 1979.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, p. 51-56, 2000. Disponível em scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/. Acesso em 18 de nov. 2024.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em https://repositorio.usp.br/item/001775086. Acesso em 13 de Dez. 2024.

MEDEIROS, Jéssica. Marinho; *et al*. AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NAS ESCOLAS REGULARES: O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ÀS FAMÍLIAS. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1809–1828, 2024. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/3039. Acesso em: 3 jul. 2024.

MELO, Geovana Ferreira. Estágio na Formação Inicial de Professores: aguçando o olhar, desenvolvendo a escuta sensível. *In:* SILVA, Lásara Cristina da; MIRANDA, Maria Irene. **Estágio Supervisionado e Prática de Ensino: desafios e possibilidades**. Araraquara, SP: Editora Junqueira & Marin: Belo Horizonte, 2008. p. 85-113.

MINAYO, Maria Cecilia. de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORA, Francisco. **É preciso acabar com o formato das aulas de 50 minutos**. Entrevista concedida a Ana Torres Menárguez. *El País*, 17 fev. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/17/economia/1487331225\_284546.html. Acesso em: 18 nov. 2024.

MOURA, Joelson Moreno Brito *et al*. Preparação da pesquisa qualitativa. **Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia. Nupeea**, p. 45-62, 2021.

ONOHARA, A. M. H.; Santos Cruz, J. A.; Mariano, M. L. Educação inclusiva: o trabalho pedagógico do professor para com o aluno autista no ensino fundamental I. **DOXA**: **Revista Brasileira De Psicologia E Educação**, *20*(2), 289–304, jun./dez., 2018.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

REGERT, Rodrigo *et al*. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: O QUE É E PARA QUEM?. **Professare**, p. e3192-e3192, 2023. Disponível em https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/3192. Acesso em 19 de nov. 2024.

RICHARDSON, Mark (Ed.). **Robert Frost in Context**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2016.

SILVA, Arlete Pereira da. **Estágio supervisionado na Educação Especial: aplicação de um planejamento educacional individualizado**. Orientadora: Roseane Rabelo Souza Farias. 2023. 25 f. Trabalho de Curso (Licenciado em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2023. Disponível em: https://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/6918. Acesso em 19 de nov, 2024.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. **Revista brasileira de educação especial**, v. 23, p. 293-308, 2017.

SOUZA, Lívia Barbosa Pacheco; CARVALHO, Jovelina Noêmia Jô de. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: AÇÃO DOCENTE ESPECIALIZADA NO PROCESSO DE INCLUSÃO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, *[S. l.]*, v. 9, n. 7, p. 1453–1471, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i7.10720. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10720. Acesso em: 2 jul. 2024.

SOUZA, Lívia Barbosa Pacheco; DE CARVALHO, Jovelina Noêmia Jô. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: AÇÃO DOCENTE ESPECIALIZADA NO PROCESSO DE INCLUSÃO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 7, p. 1453-1471, 2023.

SOUZA, Maria Roberta Rodrigues de; SANTOS, Isabella Camurath; CAVALCANTI, Maria Vilani; SHAW, Gisele Soares Lemos. Desafios da educação inclusiva no Semiárido Brasileiro: uma revisão sistemática. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 10, n. 22, p. 159-181, 31 jan. 2023. Disponível em periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/15306. Acesso em 13 de nov. 2024.

TEIXEIRA, Érica Jaqueline Pizapio; PACÍFICO, Juracy Machado; BARROS, Josemir Almeida. O diário de campo como instrumento na pesquisa científica: contribuições e orientações. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, *[S. l.]*, v. 15, n. 2, p. 1678–1705, 2023. Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1090. Acesso em: 19 nov. 2024.

UJIIE, Nájela Tavares; DOS ANJOS, Fernanda Galvão. PEDAGOGIA HOSPITALAR NA BASE SCIELO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL. *In*: **Colloquium Humanarum. ISSN: 1809-8207**. 2023. p. 71-85. Disponível em journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4602. Acesso em 19 de Nov. 2023.

1. Pedagogo pela UniNASSAU – *campus* Petrolina, Concluinte da pós-graduação Atendimento Educacional Especializado e Salas de Recursos Multifuncionais, prof.italoaquila@gmail.com, Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/4598100361572708 [↑](#footnote-ref-1)